



MUNICÍPIO DE ARGANIL
CÂMARA MUNICIPAL

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM

21 DE JUNHO DE 2016

ACTA Nº 14

-----Aos vinte e um dias do mês de Junho do ano de 2016, nesta vila de Arganil, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Arganil, sob a presidência do Senhor Presidente, Ricardo João Barata Pereira Alves e com a presença do Senhor Vice-Presidente, Luis Paulo Carreira Fonseca da Costa e dos Senhores Vereadores Paula Inês Moreira Dinis, António Luis Júlio da Fonseca Sêco, Eduardo Miguel Duarte Ventura e João Pedro Travassos de Carvalho Pimentel e comigo, Odete Maria Paiva Fernandes, Assistente Técnica.-----

-----O Senhor Presidente justificou a falta da Senhora Vereadora Graça Lopes, que não pôde estar presente por se encontrar de férias.-----

-----Pelo Senhor Presidente foi declarada aberta a Reunião, quando eram dez horas e trinta minutos.-----

**PERIODO DE INTERVENÇÃO
DO PÚBLICO**

-----Teve a palavra o Senhor **João Silva**, residente em Vinhó, União das Freguesias de Vila Cova de Alva e Anseriz, começando por reler um excerto da acta da reunião de Câmara de 19 Abril do corrente ano, proferido pelo Senhor Vereador António Sêco, onde este dizia que só tinha tido oportunidade de falar com o Senhor Presidente no dia anterior e dessa reunião ficou decidido que a Câmara elaboraria um ofício para enviar ao Senhor presidente da Junta, no qual a Câmara assumia a resolução da obstrução do aqueduto e a limpeza das valetas e a Junta de Freguesia teria que limpar a levada que vem da ribeira e a limpeza das terras, por via do deslizamento que ocorreu. Disse ainda, o Senhor João Silva, que, entretanto, o sim do Senhor Vereador transformou-se numa visita ao local, juntamente com o Presidente da União das Freguesias de Vila Cova de Alva e Anseriz e um Técnico do Município, cuja idoneidade e competência lhe deixam muitas reservas. Continuou, dizendo que 4 meses após o incidente, dois meses depois da referida acta, e um mês depois da visita, ainda está à espera do Relatório desse Técnico e do seu veredicto, que pelos





MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

vistos vale mais que a palavra do Senhor Vereador. Entretanto os mirtilos morrem soterrados, perto da colheita, esta e a dos próximos 5 anos, e somam-se os prejuízos que alguém vai ter que suportar.-----

-----O Senhor João chamou a atenção do Senhor Presidente para o facto de 43 segundos do total do vídeo do site da Câmara, sobre Vila Cova e Anseriz, como promoção da página da Câmara, são passados na Quinta da Candosa, bem como a bonita cascata que também se vê no filme, assim como as mãos que delicadamente se vêem a desbastar a floração dos mirtilos.-----

-----Todo este conteúdo ficou um pouco esvaziado porque, entretanto, chegou às mãos do Senhor João uma carta com carimbo do dia 20/6/2016, contendo o Relatório do referido Técnico, cujo parecer diz que na Quinta da Candosa foi a água retida na levada que provocou a derrocada, e que essa derrocada não é nova, terá alguns anos. O Senhor João referiu que o Técnico tem direito à sua opinião, por muito incompreensível que seja, e que ainda o pai dele não era projecto de gente e já há muitos anos que corria a água naquela levada e que em levadas daquele tipo, os terrenos têm que estar saturados para a água poder correr e que o fundo da levada, no sítio onde se deu a derrocada, é um banco de pedra, pelo que, tecnicamente, é impossível a saturação como causa do incidente.-----

-----Referiu ainda que o Técnico teve a veleidade de lhe chamar mentiroso e oportunista e de querer aproveitar-se das chuvas de Fevereiro para tirar proveito de algo que já tinha acontecido há anos e que isso teria que ser provado em Tribunal.-----

-----O Senhor João convidou o Senhor Presidente e todos os Senhores Vereadores a visitarem o local e, no local, tirarem as suas conclusões.-----

-----Um segundo assunto abordado pelo Senhor João prende-se com o estradão, estradão do Caratão, que é o estradão que serve a sua quinta, assim como outras quintas da mesma zona. Recordou que em 2010, e em representação dos moradores dessas quintas, numa reunião camarária, foi reclamada a melhoria da acessibilidade às suas habitações e as palavras do então Senhor Vereador António Cardoso, que disse conhecer bem a estrada em questão, foram que era urgente intervir para melhorar o acesso desses concidadãos. No entanto, o resultado dessa petição foi nada, tal e qual como o nada está a ser agora. – o Senhor João leu a referida petição e lamentou não ter palavras amáveis e incentivos para dirigir ao Executivo Camarário.

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente** referindo que “julgo que é perfeitamente normal e admissível que haja discordâncias sobre as razões dos problemas acontecerem, mas o que já não acho cordial e razoável, porque a nossa liberdade termina onde começa a liberdade dos outros, é um conjunto de considerações como aqueles que aqui foram feitos, relativamente a um Técnico que tem competência, que tem credenciais, para emitir e dar o seu parecer técnico relativamente a determinadas matérias. Queria aqui reiterar que temos absoluta e plena confiança no trabalho que ele desenvolve e não aceito este tipo de considerações como aqueles que aqui foram enunciados.”-----

-----Teve a palavra o Senhor Vereador **António Sêco** dizendo que “a história que está relatada e que começou por contar relativamente à acta, as minhas palavras, tiveram por base as fotografias que nos entregou e que mereceram por parte do





MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

Senhor Engenheiro uma observação; depois decidimos ir ao local, juntamente com o Senhor Presidente da Junta e com o Senhor Engenheiro, verificar como se encontrava a situação. Na altura em que nos deslocámos ao local já levávamos alguns documentos, entre eles uma carta militar por causa da situação da linha de água; relativamente à linha de água que estava obstruída e que condicionava a passagem no seu curso natural e obrigava a água a deslocar-se ao longo da estrada e que por via de alguma obstrução criava ali uma bacia de água que depois transbordou; era o que documentava a fotografia que o Senhor João trouxe na primeira avaliação que fizemos. Quando fomos ao local foi facilitado o acesso ao interior e o Senhor Engenheiro, tendo por base essa observação, fez o tal Relatório que lhe enviámos na sexta-feira, no qual ele diz e acha que a derrocada se deu pelo facto da charca estar num nível superior e encher a levada e depois o depósito de água que ficava ali durante algum tempo transbordar e provocar essa derrocada. Foi nessa base que ele fez essa interpretação."-----

-----Pedi a palavra o Senhor **Vice-Presidente** para "relembrar que para todos os efeitos nós somos um órgão político que se apoia nos serviços técnicos que têm competência e habilitação para o trabalho que desenvolvem; mal seria que um órgão político fosse tomar decisões técnicas e fizesse apreciações técnicas relativamente a questões objectivamente técnicas. Com isto quero dizer e reforçar aquilo que o Senhor Presidente referiu, que me parece essencial, que tem a ver com um princípio que o povo diz de uma forma simples mas sábia: quem quer respeito tem que se dar ao respeito; há formas mais adequadas e outras menos adequadas de manifestarmos a nossa opinião e, pessoalmente, considero que não foi utilizada a melhor forma para o Senhor João se dirigir à Câmara Municipal. Foi também feita uma apreciação relativamente à questão célebre dos investimentos imobiliários na zona referida, que são importantes para o comércio local, são importantes para a indústria da construção civil, mas convém, para fechar o leque dos beneficiados, não esquecer aquilo que foram os lucros significativos dos promotores imobiliários e que, como todos sabemos, promoveram construção assumindo ausência das infra-estruturas que agora são reivindicadas e ganharam muito dinheiro com essa espécie de loteamentos, ou melhor, com o reconhecimento do atravessamento de terrenos por caminhos públicos, que sabemos bem é aqui apreciado com bastante regularidade e, como eu costumo dizer, constitui um verdadeiro caso de estudo."-----

-----Pedi a palavra o Senhor Vereador **Miguel Ventura** referindo que "são recorrentes as preocupações aqui manifestadas pelo Senhor João Silva; quem sou eu para fazer análises técnicas daquilo que se passa no local, pois não tenho conhecimentos para isso; contudo, a mensagem que aqui quero deixar é que estas preocupações já se vêm a arrastar há muito, já aqui foram expostas várias vezes, mas deixo aqui uma sugestão, no sentido de haver diálogo e ser construída alguma abertura que permita dar um incentivo a estas pessoas que vão desenvolvendo a actividade agrícola no nosso concelho, que vão mantendo as nossas paisagens rurais humanizadas, vão cultivando os campos agrícolas e produzindo produtos de qualidade, para mais num momento em que muito se fala na importância que a pequena agricultura tem para os territórios locais, para a sua revitalização em termos





MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

económicos, sociais e mesmo em termos culturais. Aquilo que preconizo é a possibilidade da Câmara Municipal, e apesar da visita que foi feita, estudar uma solução, juntamente com o Senhor João Silva, no sentido de tentar resolver o problema, minimizando os seus efeitos, porque os prejuízos causados são inúmeros e se não há aqui este incentivo, se não há uma mensagem por parte da própria Câmara Municipal, de apoio a estes pequenos agricultores, estes não são estimulados e, conseqüentemente, desmotivam-se e aceleram o processo de aprofundamento da desertificação do nosso concelho. Era esta palavra de apelo ao diálogo, ver dentro do contexto legal da intervenção do Município quais as melhores soluções, porque julgo que era possível encontrar uma forma de poder resolver-se o problema, ou pelo menos minimizar os prejuízos que aqui foram deixados. Desde já agradeço o convite que o Senhor João Silva fez e que embora conheça a Quinta da Candosa e o maravilhoso trabalho que lá tem feito, disponibilizo-me para conhecer in loco esses problemas.”-----

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente** dizendo que “quando falo sobre um determinado assunto gosto de saber do que estou a falar e esta sua intervenção, Senhor Vereador, permita-me que lhe diga, é eivada de um desconhecimento do que se passa. Há dois problemas que o Senhor João Silva identificou na sua intervenção; um tem a ver com aquilo que aconteceu no terreno, nos primeiros meses deste ano; a outra questão tem a ver com o acesso e com a estrada das eólicas, tal como o Senhor Vice-Presidente já há pouco referiu, e bem. Os licenciamentos de todas as habitações daquele espaço foram feitos reconhecendo que não existiam todas as infra-estruturas necessárias; os promotores assumiram essa responsabilidade. A Câmara não tem responsabilidade, isso ficou claro em todos os licenciamentos que foram feitos de que a Câmara não se obrigava a fazer estas infra-estruturas. Sempre dissemos que estaríamos disponíveis para em conjunto com os moradores e com a sua participação, de poder procurar encontrar as melhores soluções para melhorar o acesso. Isso é um assunto, o outro assunto tem a ver com aquilo que aconteceu nos primeiros meses do ano, fruto de um inverno com grande pluviosidade. Há aqui uma análise técnica relativamente às causas porque é que aconteceram os prejuízos que aconteceram na Quinta da Candosa, onde é desenvolvido um trabalho que nós reconhecemos, nomeadamente a produção de mirtilo, e há divergência sobre as causas, o Senhor João Silva tem uma posição, a nossa análise técnica é outra posição. Podemos sempre discutir isto de uma forma o mais aberta possível, mas com respeito uns pelos outros, e é isso que vamos fazer.”-----

-----Pedi novamente a palavra o Senhor Vereador **Miguel Ventura** dizendo que “quando o Senhor Presidente diz que há um total desconhecimento na minha intervenção, isso não é verdade, pois eu referi-me sobretudo ao primeiro problema que o Senhor João Silva aqui colocou e que está a afectar a sua exploração agrícola, porque relativamente aos acessos também já tive oportunidade, noutras reuniões de Câmara, de referir que acompanho a posição da Câmara, já que quando foram aprovados os licenciamentos daquelas obras, os promotores tiveram conhecimento de que a Câmara não se obrigava à construção de infra-estruturas de acesso a essas habitações. A partir do momento em que os promotores têm esse conhecimento não





MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

há qualquer problema. Estou a par dessa situação. Quando apelei ao diálogo e quando apelei à possibilidade, dentro do quadro legal, da Câmara poder ajudar a minimizar os prejuízos deste agricultor, tem a ver com o problema decorrente da levada e da derrocada que o Senhor João Silva aqui colocou. Não conheço o Relatório técnico, não ponho em causa a competência técnica das pessoas, por isso quero conhecer o que se passa no terreno, mas também afirmo que não tenho conhecimentos técnicos para chegar ao local e me pôr ao lado de uma ou de outra posição. Apelava aqui à possibilidade de haver diálogo e à possibilidade do Senhor João ser apoiado e ser ajudado; estamos a falar de um empresário agrícola do nosso concelho, que desenvolve uma actividade interessante, que tem ali os seus investimentos, e que veio aqui pedir ajuda para a resolução de um problema que, no seu entendimento, é da responsabilidade pública, da responsabilidade da Câmara, visto que a derrocada que aconteceu se localiza num espaço público.”-----

-----O Senhor **Vice-Presidente** disse ainda que “fiquei com dúvidas em relação a este assunto porque parece tudo indicar, pelas intervenções, e eu não conheço o Relatório, mas tudo parece indicar que o Relatório refere que a responsabilidade pelo sucedido não é do Município; e não percebo, porque isso no mínimo seria uma irregularidade, nem concebo do ponto de vista do princípio, que numa situação em que pelos vistos a responsabilidade não é do Município, como é que o Município pode assumir essa responsabilidade que, diga-se de passagem, não é o Município, mas todos os munícipes do concelho de Arganil.”-----

-----O Senhor **Presidente** referiu ainda que “o Senhor Vereador Miguel Ventura, e percebemos porquê, apela ao diálogo, mas julgo que se devia virar para o Senhor João Silva; não foi a Câmara que falou em Tribunal; acho que está claro.”-----

-----O Senhor Vereador **Miguel Ventura** disse ainda que “quando se fala em diálogo é sempre entre duas partes, não é só uma; uma parte não pode dialogar sozinha.”-----

-----Pedi a palavra o Senhor Vereador **António Sêco** dizendo que “o diálogo existiu e, numa primeira fase, analisando as fotografias que o Senhor João Silva nos trouxe, houve o entendimento de que aquela água que estava na estrada poderia ter causado algum problema na encosta e ter sido a razão da derrocada; no entanto, depois quando foi facilitada a visita do técnico ao local, ele ficou com a convicção que não teria sido isso, mas sim o facto da levada ficar cheia por ter a charca numa cota mais elevada, e que seria o transbordo da levada que teria provocado a derrocada.”-----

-----Pedi a palavra o Senhor Vereador **João Pedro Pimentel** para “fazer uma reflexão: independentemente de tudo, acho que nunca é demais apelar para que os munícipes e a Câmara Municipal se entendam; há aqui um problema trazido por um munícipe à reunião de Câmara, os serviços técnicos fizeram a sua avaliação, têm a sua posição, mas prevalece que existe um problema e se ele existe penso que a Câmara Municipal não pode alhear-se dele, independentemente das conclusões técnicas e por isso, e independentemente da maneira como as questões são apresentadas, com mais ou menos clareza, elegância, acho que há um problema que





MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

a Câmara Municipal tem que ajudar a resolver, é um problema do nosso concelho, é um problema que afecta munícipes que têm uma actividade, num tempo em que nós todos entendemos que é importante que se mantenham estas actividades; acho que a situação exige que as pessoas se entendam e haja aqui uma tentativa de resolução.

-----Por outro lado, não posso deixar de relembrar ao Senhor Presidente o seguinte: quando o Senhor Vereador Miguel Ventura fez a sua intervenção o Senhor Presidente entendeu dizer que ele não estava por dentro do assunto; o próprio Dr. Miguel Ventura disse que do ponto de vista técnico poderá não ter as competências nem eu terei para discutir isso com os vossos serviços técnicos, mas parece-me, e não posso deixar de referir, que tenho um profundo respeito e acho que o Senhor Presidente também, pelas intervenções que o Senhor Vereador Miguel Ventura faz ao longo dos anos na Câmara e na Assembleia; são intervenções avalizadas, justificadas, estudadas. Não vejo aqui nenhum problema em que a pessoa assuma que do ponto de vista técnico não domina uma ou outra área, como nenhum de nós dominará tudo. E nesse sentido, independentemente das conclusões técnicas, não deveria haver um fechar de dossier; na minha opinião, acho que deveríamos tentar resolver o problema, porque são munícipes que têm uma actividade, que nós respeitamos e era interessante que o processo pudesse seguir outras vias que não os Tribunais e a falta de diálogo.”-----

-----Pedi a palavra o Senhor **Vice-Presidente** referindo que “há pouco na minha intervenção fiz questão de referir que, para todos os efeitos, a Câmara Municipal é um órgão político, tem competências próprias e naturalmente toma decisões, como não podia deixar de ser, suportando-se nos pareceres técnicos. Relativamente à posição do Município, não se trata aqui de nenhuma falta de diálogo, trata-se daquilo que objectivamente é a posição que tipicamente qualquer organismo público, quer seja da Administração Local, quer seja da Administração Central, assume perante documentos técnicos; e acho que todos conseguimos compreender isto. Não quero com aquilo que vou dizer a seguir fazer nenhum ataque, nem ser deselegante, apenas apresentar um exemplo do comportamento da Administração Pública, regra geral, perante este tipo de problemas: quando há algum problema nalgum hospital e alguma coisa que determinada família acha que correu mal, como é natural, o hospital não corre a assumir qualquer responsabilidade, tem que deixar correr o processo; no mínimo tem que haver um processo de inquérito, tem que haver conclusões, regra geral há decisões judiciais, que quando o Estado é condenado são contrárias àquilo que foi a opinião técnica defendida pelo organismo. O que está a passar-se em torno deste processo é normal, não há falta de diálogo nem excesso de diálogo, trata-se do circuito normal dos procedimentos da Administração Pública Portuguesa.”-----

-----O Senhor Vereador **João Pedro Pimentel** disse ainda que “estou esclarecido, mas não tenho essa posição, relativamente ao que foi agora referido pelo Senhor Vice-Presidente.”-----





MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

-----Pedi a palavra o Senhor Vereador **Miguel Ventura** para “colocar uma questão e uma reflexão que julgo oportuno fazermos nesta altura, as quais têm a ver com o seguinte: tive conhecimento recentemente que poderia haver alguma evolução no processo da mini-hídrica do Alva, que tem estado “adormecido” e que todos nós estamos contra; questiono se o Senhor Presidente tem conhecimento de alguma coisa ou se é mera especulação, que tenha havido alguma evolução contrária aos interesses do concelho de Arganil, o que é manifestamente indesejável.-----

-----A reflexão que gostaria de fazer está relacionada com o seguinte, e aqui com algum conhecimento de causa, sinto-me mais à vontade para falar nestas propostas e sugestões de âmbito construtivo que vou fazer: realizou-se a Feira das Freguesias, todos reconhecemos que foi um dos maiores eventos, das 11 edições que foram realizadas foi uma das maiores, embora já tenhamos tido a participação de 18 freguesias e agora são só 14; foi um sucesso e associe-me a palavras que foram proferidas na Assembleia Municipal e também pelo Senhor Presidente, aproveitando para saudar todas as freguesias, todos os grupos culturais e todas as Associações, que ao longo daqueles 3 dias se esforçaram para dignificar a sua freguesia, mas sobretudo para dignificar o concelho de Arganil; deixo uma palavra de estímulo para todos eles pelo magnífico trabalho que fizeram. Houve um conjunto de condições que falharam noutros anos, nomeadamente as condições climatéricas que este ano foram muito favoráveis, também o feriado 10 de Junho possibilitou um fim-de-semana mais alargado e com isso permitiu atrair um maior número de pessoas ao nosso concelho durante esse fim-de-semana, o que é muito positivo.-----

-----Julgo que 10 anos e onze edições passados merecem que se faça uma reflexão sobre alguma evolução positiva que poderia ter a Feira das Freguesias e é nesse sentido que dou algumas opiniões para, ao longo deste ano que falta até à próxima edição, possam as mesmas ser estudadas. Algumas destas ideias decorrem também de conversas que vamos tendo durante estes dias de feira.-----

-----Uma é a possibilidade de ser alargado o perímetro a outras ruas de Arganil e aqui tenho também que dizer que só entendo a Feira das Freguesias realizada no centro da vila de Arganil; muitos munícipes falam no Paço Grande ou no Sub-Paço, eu defendo que a Feira das Freguesias, deve-se manter nesta zona, pois aqui está a sua génese e um dos seus factores virtuosos. Mas tal não impede que se possa equacionar a possibilidade de alargar a Feira das Freguesias a outras ruas deste centro da vila, como por exemplo o Campanário, o Largo da Fonte da Bica, onde está o cruzeiro, que recebeu uma intervenção recentemente; sei que não é fácil, teríamos que equacionar a colocação de um palco para lá levar animação, mas julgo que poderá ser positivo abrir um pouco da Feira das Freguesias neste centro da vila, não deixando tão confinada ao espaço actual porque aquilo que se nota é que a Rua de acesso à Fonte de Amandos, a Rua Veiga Simões e a Rua lateral à Câmara, com os stands que lá são colocados, ficam muito exíguas para a passagem das pessoas. Havendo esse alargamento, ou seja, não criando um congestionamento tão grande de stands nesta





MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

zona, poderia permitir outras áreas para que as pessoas pudessem andar um pouco mais à vontade e possibilitando também que outras zonas do centro da vila pudessem ter alguma animação e beneficiar um pouco com a Feira das Freguesias. -----
----- É a sugestão que aqui deixava, para se iniciar um processo de reflexão, porque entendo que era interessante podermos estudar estas possibilidades que eventualmente poderiam evitar o condicionamento da Av. José Augusto de Carvalho nestes dias e mantê-la aberta ao trânsito, porque houve algumas pessoas que deixaram uma opinião negativa contra o encerramento do trânsito nessa zona, embora com este modelo acho que aquela zona fechada ao trânsito permite uma melhor mobilidade das pessoas e com mais segurança, mas com o alargamento eventual para outras ruas do centro da vila poderia a Avenida ficar liberta ao trânsito."-----

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente** referindo que "há 10 anos atrás, quando pensámos avançar com este evento, havia um objectivo importante que tinha a ver com alargar a oferta de animação no concelho, uma vez que estávamos muito focalizados na Feira do Mont'Alto e Ficabeira, e não havia uma resposta mais contínua, em termos de animação, ao longo do ano. Por outro lado, pretendeu-se avançar com o fortalecimento da nossa gastronomia, da coesão das nossas freguesias, do nosso movimento cultural e procurámos fazer uma coisa diferenciadora; havia vários eventos semelhantes a este mas quisemos ser diferentes, inovadores e fazê-la exactamente no centro, deu uma característica de diferenciação à Feira das Freguesias, face a outros eventos congéneres que acontecem um pouco por toda a região. Várias vezes temos sido abordados no sentido de ponderar a mudança de local para o Sub-Paço, ou para a Cerâmica, mas julgo que a Feira das Freguesias deixaria de ser aquilo que é se mudasse de local; é nossa convicção que o local adequado é mesmo o centro de Arganil, porque é com essa característica diferenciadora que ela foi criada e tem tido tanto sucesso ao longo destes anos."-----

-----Relativamente à Av. José Augusto de Carvalho, há um aspecto que privilegiamos que é a segurança e no modelo que criámos, compreendo que possa causar alguns constrangimentos, se bem que hoje em dia já temos a logística bem oleada e os dias em que a Av. está fechada, não são assim tantos, para prejudicar assim tanto as pessoas. Do ponto de vista da segurança da Feira, o modelo actual, com a interrupção da Av. José Augusto de Carvalho é preferível ao modelo anterior, em que tínhamos a Av. aberta ao trânsito."-----

-----Sobre a proposta concreta que o Senhor Vereador fez, julgo que podemos reflectir mas parece-me que ela contempla alguma dispersão e tenho receio que depois a colocação de algumas tasquinhas mais afastadas crie uma descontinuidade na Feira, que não sei se será positiva, mas acho que é uma questão que pode ficar em aberto, para podermos reflectir sobre ela."-----

-----Pedi a palavra o Senhor Vereador **João Pedro Pimentel** para "reafirmar a minha absoluta concordância com tudo o que foi aqui dito acerca da Feira das Freguesias. Acho que se a quiserem matar é tirá-la do centro da vila; estou inteiramente de acordo com isso, acho que ela tem todas as características para ser realizada aqui; para além de todas as questões abordadas, acho também que é uma





MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

homenagem ao centro histórico de Arganil, é revitalizá-lo naqueles dias, acho que faz todo o sentido e acho que faria também sentido estudar esta hipótese de alargamento, trazida pelo Senhor Vereador Miguel Ventura.-----

-----Queria ainda abordar um outro assunto: na sequência da reunião da Assembleia Municipal, achei muito interessante e muito importante aquela discussão que, mais uma vez, houve relativamente às questões que nos deixam tantas preocupações para o presente e futuro, que é a questão da interioridade. Saúdo a proposta que o Dr. Avelino lançou, de realizar uma Assembleia Municipal extraordinária. Deixava aqui uma nota: ele indicou muito genericamente como seria o modelo, acho que o modelo deve também integrar numa fase final desse mesmo dia um painel de conclusões; não sei como é que isso de fará, temos experiência noutras áreas mas nesta não; uma equipa proposta pelo Presidente, que tivesse o acordo dos diversos intervenientes, que fizesse ao longo do dia um resumo e que se pudesse ainda, no mesmo dia, apresentar em fecho de conclusões, aquilo que foi a discussão tida ao longo do dia. Acho um modelo interessante e saúdo a realização dessa Assembleia. Nesse sentido e porque o Presidente falou mais uma vez nas questões da interioridade, perguntar como têm decorrido os contactos entre o Presidente e a Câmara Municipal de Arganil com a Unidade de Missão para as questões do interior; saber se há agendas para reuniões, se, como esperamos todos, podemos ter esperança que alguma coisa surja desta articulação com mais esta instância que se criou, para tentar em conjunto com o que está no terreno, as autarquias e com todos os parceiros, encontrar algumas soluções que vão ao encontro dos nossos desejos, que é quebrar alguma desta interioridade."-----

-----O Senhor **Presidente** referiu que "relativamente à mini-hídrica do Alva, ouvi os mesmos rumores, mas não temos nenhum conhecimento oficial, estamos a tentar indagar junto da ARH no sentido de saber qual é o ponto da situação."-----

-----Pedi a palavra o Senhor **Vice-Presidente** referindo que "relativamente ao tema que o Senhor Vereador João Pedro Pimentel referiu, e que foi abordado na Assembleia Municipal, quero subscrever aquilo que disse, quanto à necessidade de haver um grupo que possa tirar conclusões relativamente ao tema, que é um tema fulcral para o território que vai ser objecto de debate e, para além disto, penso que seria muito útil que, numa parte inicial desta Assembleia Municipal, versus fórum que terá lugar, penso que seria muito útil termos e podermos contar com a presença de especialistas, particularmente académicos, nesta área porque a pior coisa que podíamos fazer era entrar numa discussão com base em opiniões meramente pessoais, quando sabemos e aquilo que vou dizer ainda há dias disse também numa reunião que teve lugar na Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, com a Unidade de Valorização do Território do Interior, e tem a ver com um dos problemas sérios relacionados com a baixa densidade, que infelizmente já não é só um problema sério ao nível dos Municípios do Interior; tive oportunidade de ler um estudo há pouco tempo, que versava sobre esta matéria, estudo esse que indicava, fundamentado na bibliografia internacional, e referia-se a um índice que é índice sintético da fecundidade, referindo nesse estudo que a bibliografia internacional estabelecia que esse índice abaixo de um filho e meio por mulher revelava-se crítico para o país que o





MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

apresentasse, sendo certo que o nosso país, no todo do território nacional, está abaixo deste índice desde 2001; estamos já com 15 anos de um acumulado muito preocupante, sendo que desde 2008 a esta parte passámos a ser o país com o índice mais baixo de toda a União Europeia. É algo que é muito preocupante. Dizia há pouco que infelizmente não é só preocupante para o Interior mas para o país, porque pessoalmente considero que face a estes números tudo aquilo que é a organização do Estado como o entendemos hoje, e como ele foi construído, ao longo dos últimos 40 anos, fica em crise se alguma coisa não for feita. Basta pensarmos naquilo que é um sistema que todos temos por adquirido, nomeadamente o sistema Segurança Social, que ou o Estado atalha caminho ou a muito breve trecho haverá sérios problemas.----

-----Fazendo a ponte com aquilo que acabei de dizer, a própria Associação Nacional de Municípios Portugueses criou uma secção de municípios de baixa densidade que também integramos, e dá para perceber aquilo que foi, por um lado, a própria candidatura, por parte dos Municípios que entendiam que cumpriam os pressupostos para aderirem a esta secção e aquilo que depois foi o crivo formal estabelecido para verificar a respectiva adesão, é um crivo já com uma componente técnica muito forte, de certa maneira fundamentando-se nas definições estabelecidas a nível europeu, e coloca mais de metade do país numa situação de territórios de baixa densidade. É um problema que é transversal, que urge atalhar, e nessa medida reforçava para que possamos ter as tais conclusões que entendemos que devem ser sólidas no final desse dia de trabalho, seria muito útil podermos contar com a presença de não só técnicos académicos, como há pouco referi com trabalho desenvolvido, mas também penso que seria útil podermos contar com alguém da própria mesa da secção de municípios de baixa densidade.-----

-----Em relação à Unidade de Valorização do Interior e à questão que foi colocada, teve lugar há cerca de 15 dias uma reunião na Comunidade Intermunicipal, em que houve oportunidade para os municípios exporem a suas preocupações relativamente a esta problemática, tal como os grupos de ação local. Pessoalmente considero que foi uma reunião bastante construtiva. Alguns dos presentes estavam mais cépticos, outros mais optimistas, mas isso faz parte da natureza de cada um, mas pelo menos é um princípio. Neste momento estamos na fase de formalizar aquilo que podem ser contributos a discutir no âmbito das propostas que esta Unidade de Valorização do Interior terá e penso que neste processo seria útil podermos contar com os contributos de todos nesta sinalização de eventuais soluções que o país possa acolher, nomeadamente direcionadas para estas regiões de baixa densidade. Tive também oportunidade de dizer nessa reunião, em que estive a representar o Município, que o retrato não é muito tranquilizador, mas ele permite tirar uma conclusão muito objectiva: o país se não atalhar caminho e se não implementar medidas que potenciem a natalidade, vai ter uma situação complicada num horizonte temporal relativamente curto. É certo dizia a professora Helena Freitas, não precisou o número, mas precisou uma circunstância que é os hábitos das pessoas alteraram sim e é muito difícil combater a atractividade que as cidades têm sobre o género humano; esse é mais um factor com que temos que lidar; aliás há já alguns especialistas internacionais que apontam já para 2050, que já não é um horizonte tão longínquo como isso, como o momento em que 75% da população mundial viverá em cidades de média e grande dimensão. Isto para reforçar que para além da questão da natalidade





MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

ainda temos que lidar com esta atractividade que as cidades têm sobre as pessoas. É absolutamente claro que a questão da natalidade tem que ser uma aposta do Estado e devemos olhar para o exemplo do norte da Europa e para as medidas que foram adoptadas nesta matéria, porque de outra maneira teremos um futuro bastante cinzento.”-----

-----O Senhor **Presidente** referiu que “o formato que está proposto pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal parece-me o adequado, um painel de especialistas que possam, de alguma forma, reflectir connosco sobre o diagnóstico e sobre algumas soluções. Julgo que aí, quer a Professora Dr.^a Helena Freitas, como coordenadora da Unidade Missão de Valorização do Interior, quer eventualmente alguém ligado à questão da baixa densidade, nomeadamente à secção de Municípios de baixa densidade, quer até lembro-me que houve um estudo coordenado pelo Professor Dr. Joaquim Azevedo da Católica, no caso concreto feito para o PSD, mas é um estudo que aborda com alguma profundidade estas questões e julgo que um painel de especialistas parece-me importante, eventualmente pode ser importante também ter representantes dos partidos políticos que tenham trabalhado nesta matéria na Assembleia da República, porque há várias questões que importa colocar em cima da mesa, porque o país não pode continuar a tratar da mesma forma aquilo que é diferente. As questões relacionadas com a natalidade mas também as questões relacionadas com a diferenciação fiscal, com a própria deslocalização de alguns organismos do Estado para outras regiões do país que não em Lisboa, podem ajudar a fixar mais pessoas, como até a própria forma do sistema eleitoral pode ser indutora de um conjunto de decisões que muitas vezes se tomam alicerçados na representatividade e eventualmente essas regiões com menos densidade populacional poderem reter uma representação maior, sem comprometer o princípio das maiorias do que as regiões mais populosas, num sistema digressivamente proporcional, seria um factor importante para mudar até a forma de decidir em Portugal, relativamente aos investimentos que se fazem. São um conjunto de temas que nos levariam muito tempo a discutir, que julgo que podemos discutir e fazê-lo nessa sessão extraordinária da Assembleia Municipal.”-----

-----Pedi a palavra o Senhor Vereador **Miguel Ventura** para se associar “à discussão que foi despoletada na Assembleia Municipal e deixar aqui uma palavra de apreço para com o Senhor Deputado Municipal Eugénio Fróis, que de forma oportuna lançou este tema que foi acolhido de uma forma geral por toda a Assembleia. Este é um problema que nos deve preocupar a todos, nenhum de nós tem a solução, pois não há soluções milagrosas para isto e já vimos o alargado conjunto de preocupações que existem.”-----

-----Eu diria que, se alguma virtude a Unidade de Missão para a Valorização do Interior já trouxe até ao momento, foi a de trazer esta discussão para a praça pública; foi pôr o país a conversar e a reflectir sobre este problema. Acredito, pelas pessoas que estão a coordenar a Unidade de Missão de Valorização do Interior, que o programa de ação que seja proposto seja um plano dotado de medidas concretas, que venha ao encontro das preocupações destes territórios de baixa densidade, até porque, como o Senhor Vice-presidente referiu, está a ser feita uma discussão de





MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

proximidade com os próprios territórios, na qual tenho participado, com o objectivo de serem solicitados contributos e sugestões e de permitir uma ampla participação de todos neste processo. Daí que a realização desta Assembleia Municipal extraordinária sobre este tema seja importante.-----

-----Relativamente a um aspecto que o Senhor Presidente referiu, de tratarmos de forma diferente o que é diferente, trago um exemplo concreto, que se passou no nosso concelho e que tivemos em cima da mesa e foi necessário estarmos todos em sintonia e a Câmara trabalhar no sentido de evitar por exemplo o encerramento de Escolas, porque o Governo decidiu que escolas com menos de 21 alunos eram para encerrar mas é totalmente diferente uma escola com 20 alunos em Pomares de uma escola com 22 alunos no centro de Coimbra. As políticas públicas ao serem definidas têm que ter consciência da diversidade do território, das distintas problemáticas que as várias regiões têm no nosso país e dos constrangimentos que são diferentes de região para região. Este era apenas um exemplo de muitos outros, em que as políticas públicas têm de ter em conta as especificidades territoriais.-----

-----Outro caso tem a ver com as questões de ordem fiscal que devem ter também uma diferenciação; hoje os Municípios que queiram aumentar a atractividade fiscal do seu território já tem alguns mecanismos para implementar, mas é à custa dos próprios Municípios; e se o Município de Arganil aprovou abdicar dos 5% a que tinha direito do IRS em favor dos seus Municípios, no fundo há uma transferência de meios financeiros que são receita do Município para os seus habitantes, não é da Administração Central para os municípios de Arganil. Se cada um de nós, enquanto munícipe, beneficiou desses 5%, ficamos prejudicados porque o Município fica sem essa capacidade financeira para executar outras obras que eram prioritárias. Esta medida da atractividade e diferenciação fiscal tem que vir da Administração Central em favor destes territórios.-----

-----Por outro lado, deixava a nota de que é necessário que o Estado tenha e reforce a confiança nas comunidades locais; poderes, competências, atribuições, aos Municípios que é o poder público mais próximo das populações, que tenha confiança nos eleitos locais para poder definir e desenvolver um conjunto de políticas públicas porque são estas pessoas no dia-a-dia, no contacto que têm com a população, com os municípios, que sabem quais são os problemas, quais são as prioridades e de que forma é que os podem resolver. Todos sabemos que a nível nacional, tirando algumas excepções, em 308 Municípios há sempre excepções, têm sido aplicados os meios de forma eficiente e se não fosse o poder local dos últimos 40 anos, então o interior do nosso país estava bem pior do que está hoje. Tem que haver confiança do Estado no sentido de dar a possibilidade que as comunidades locais, seja através das autarquias, seja também através de outras Entidades da sociedade civil nas quais estejam organizadas, possam ter um papel mais forte na implementação das suas estratégias e encontrar soluções para os seus problemas.-----

-----Para terminar, e já que se falou nalguns nomes para nos ajudar a reflectir nesse Encontro, sugiro um nome interessante, que poderia dar um contributo importante para esta temática, porque é um estudioso destas questões e tem feito um trabalho no terreno muito interessante, esteve connosco na ADIBER há cerca de 3 meses para colher algumas informações, e refiro-me ao Professor António Covas, da Universidade do Algarve e que já tem um conjunto de estudos e de textos feitos sobre estas





MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

questões e poderá ser uma participação interessante, face aos objectivos que se pretendem alcançar.”-----

-----Pedi novamente a palavra o Senhor Vereador **João Pedro Pimentel** referindo que “debate-mo-nos com a questão da interioridade e com a questão da baixa natalidade e, se em muitas outras áreas olhamos para traz e dizemos que em Portugal houve questões de sucesso, como a escola pública, ou o serviço nacional de saúde, acho que na política demográfica falhámos completamente. Há 30 anos sabia-se que o inverno demográfico estava aí; aqueles números que o Senhor Vice-Presidente apontou garantem que não há substituição de gerações, e nós sabíamos isso pelos demógrafos e pelos sociólogos, há 30 anos. Sabemos bem que é muito difícil contrariar os modelos de desenvolvimento mas não se fez tanto quanto era necessário e hoje só com políticas de encerramento de serviços acho que não é solução; a descentralização de órgãos do poder central para as regiões deve ser muito importante e uma política fiscal que vá ao encontro daquilo que o Senhor Vereador Miguel Ventura disse. Mas isto são pequenos apontamentos de quem não é da matéria mas que se preocupa muito com isso e teremos que, cada um em seu sítio, e também na reunião que teremos em Outubro, possibilidade de desenvolver estes assuntos.”---

-----Pedi a palavra o Senhor **Vice-Presidente** para “referir, subscrever e sublinhar um apontamento que foi feito pelo Senhor Presidente e pelo Senhor Vereador Miguel Ventura, quanto à necessidade do Estado tratar de forma diferente aquilo que é diferente. O grande problema é que, na prática, o Estado percebe tudo ao contrário e quando tem oportunidade de tratar de forma diferente aquilo que é diferente, o que verificamos – e o Senhor Vereador Miguel Ventura esteve presente naquela reunião na CIM, também ouviu esse desabafo - é que há situações em que o Estado trata de forma diferente aquilo que é diferente, mas ao contrário e aquilo que está a acontecer actualmente em relação aos financiamentos para a regeneração urbana, é uma prova disso; quando dizemos que o Estado tem que tratar de forma diferente aquilo que é diferente, é para haver uma discriminação positiva, não é para ser ao contrário, não é para ser uma discriminação negativa e na regeneração urbana, aquilo que é grosseiro é constatarmos que o financiamento per capita, para a regeneração urbana, nas zonas de baixa densidade, sem grandes excepções, é muito inferior ao investimento per capita nas grandes cidades. Objectivamente queremos que o que é diferente seja tratado de maneira diferente mas não desta maneira e sim ao contrário; se calhar temos que explicar isto aos organismos da Administração Central porque ainda não perceberam que a nossa reivindicação é um pouco diferente.”-----

-----Queria também fazer um apontamento em relação à descentralização, que é uma matéria que, pessoalmente, do ponto de vista académico, já estudei há mais de uma dúzia de anos, e daquilo que me lembro que estudei na altura, havia alguns exemplos a nível da França, da Alemanha, muito simples e compreensíveis para toda a gente, o Estado tem organismos com autonomia financeira e administrativa e quando falo de descentralização quero também dizer que na minha opinião, uma descentralização não pode ser nada na sequência daquela experiência que o país já teve, em que colocou a Secretaria de Estado da Agricultura na Golegã e da Juventude salvo erro em Braga; isto não é descentralização porque só complica o funcionamento





MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

da máquina da Administração Central, que já não é fácil. Mas há organismos que não há nenhuma razão para estarem em Lisboa, o caso que me lembro que era apontado no caso da situação francesa, tinha a ver com o equivalente à escola nacional de saúde pública; no nosso caso até temos Coimbra como sendo considerada a capital da saúde; por maioria de razão haveria toda a justificação, até pela centralidade, para a Escola Nacional de Saúde Pública estar em Coimbra, e não está, está em Lisboa; não há nenhuma justificação para isso. O outro exemplo, da Alemanha, o equivalente ao Supremo Tribunal de Justiça Alemão não estava em Berlim, estava a 900 km. Também não há nenhuma razão para, no nosso país, ter que estar em Lisboa. O próprio Estado depois atrofia com este tipo de circunstâncias. Falo destes exemplos para chegar ao concreto, naquilo que seria uma medida que o Estado podia seguir, ajudando muito o próprio Orçamento de Estado, por um lado, e valorizando o Interior, que tem a ver com um conjunto de serviços da máquina do Estado, que funcionam autonomamente quer estejam em Lisboa, quer estejam em Arganil, porque nos tempos que correm há serviços que funcionam autonomamente em qualquer sítio, eu diria que até no Piódão podiam funcionar. Essa é a aposta que o Estado deve seguir, até porque o espaço em Arganil é muito mais barato do que é no Parque das Nações. Salvo erro até foi a Professora Helena Freitas que deu o exemplo da Dinamarca em que o Estado estava a contratar funcionários da Administração Pública e uma das condicionantes era que seriam colocados em regiões de baixa densidade. Depois alguém deu também o exemplo de Évora, de um médico que era colocado na zona de Borba e depois a grande aposta dele foi ser transferido para Évora para poder fazer piscina todos os dias. Temos que acreditar que as coisas podem correr bem. Já me estou a estender mas não posso deixar de fazer dois apontamentos sobre aquilo que referiu há pouco sobre as estatísticas demográficas; não é preciso ser particularmente perspicaz porque há muitas estatísticas e muitas projeções que têm um nível de incerteza grande, se falarmos naquilo que tem a ver com economia, é muito difícil fazer uma projeção para daqui a um ano que bata certo e sabemos, até por aquilo que são as notícias dos últimos anos do país, que muitas vezes as coisas não batem certo, mas na demografia é previsível, pois se não nascem crianças, sabemos o que irá acontecer daí a 10, 20 anos, e o cenário só pode ser pior do que aquele que constatamos hoje porque há outros factores, como a emigração, que só prejudicam. Não posso deixar de sublinhar esse apontamento que fez, que demonstra bem aquilo que foi e está a ser a falência da falta de aposta por parte do Estado na questão e na temática demográfica.-----

-----Há também a necessidade premente do Estado conseguir compatibilizar a natalidade com o trabalho; se isso não for cumprido, se a vida dos pais não puder ser simplificada na articulação do seu papel de pais com as suas obrigações familiares, jamais conseguiremos ultrapassar este problema. Recordo que ainda há pouco tempo comentava esta temática com o Senhor Vereador António Sêco e no fundo é uma fotografia que vemos muitas vezes nos turistas do Norte da Europa que nos visitam, que é uma espécie de escadinha, com filhos de 3, 6 e 9 anos e isto não acontece por acaso, é porque há uma aposta destes países ao nível da natalidade, com situações e benefícios muito concretos na facilitação da gestão do trabalho e da natalidade, que tem este horizonte de 3 anos. O Estado tem que assumir esse investimento, não é um





MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

custo, será um investimento e esse é um caminho que, pessoalmente, acho que deve ser trilhado.”-----

-----O Senhor **Presidente** referiu ainda que “de facto, muitas vezes o Estado não trata de forma diferente aquilo que à partida já é diferente, mas também acontece na Europa, relativamente aos Estados membros, porque a exigência da Europa 2020, de que 5% dos fundos europeus sejam destinados às cidades, condiciona toda a operacionalização pelos Estados membros e, no nosso caso em concreto, também condicionou. Porventura o Estado e isto não é uma crítica a este Governo nem ao anterior, é aos sucessivos Governos, poderia ter encontrado algumas soluções imaginativas no sentido de fazer uma distribuição mais justa dos Fundos, porque se olharmos para o caso da Região Centro, 31 cidades têm um pacote financeiro de 211 milhões de euros e depois 69 têm 70 milhões, isto também nos deixa preocupados. A própria Comunidade Intermunicipal já teve oportunidade, junto das autoridades de gestão e do Governo, de manifestar essa sua preocupação com este princípio de distribuição que em nada promove a coesão territorial.”-----

-----Pedi a palavra o Senhor Vereador **Miguel Ventura** dizendo que “nem entremos na questão dos fundos comunitários, porque discutimos aqui várias vezes a forma como estavam a ser programados os fundos comunitários associados ao Portugal 2020, tanto nos PO temáticos, mas sobretudo no PO regional, e se vamos por aí verificamos que é muito difícil confirmar na prática de que forma é que é promovida a coesão territorial; na altura partilhei algumas preocupações e infelizmente hoje começam a confirmar-se esses receios, porque se analisarmos os projectos que foram financiados pelo Centro 2020 nos últimos concursos, a 31 de Maio, vamos ver o número de projectos que foram aprovados neste território da Beira Serra e contam-se pelos dedos da mão; em Arganil foi apenas um projecto; estou a referir-me apenas aos projectos de investimento, de modernização e de inovação empresarial. Projectos de investimento foram muito poucos e se virmos quais foram, das 1400 empresas que beneficiaram desses apoios, onde é que elas estão sediadas, facilmente concluímos que o Portugal 2020 não está a dar esse contributo para a coesão territorial e social, que todos ambicionávamos. Antes pelo contrário, pois não basta majorar os incentivos se na análise do mérito não são tidas em consideração as especificidades dos territórios de baixa densidade.”-----

-----O Senhor **Presidente** disse ainda que “no mesmo aviso está escrito que o critério para distribuir o dinheiro é o da população do concelho; há aqui qualquer coisa que não está bem, porque se a incidência é sobre a sede do concelho, fazia sentido que se olhasse para a população da sede do concelho. Na nossa perspectiva, e há vários casos na região que têm um crescimento mais policêntrico, se calhar com algumas limitações, devia ser possível intervir noutros aglomerados populacionais igualmente importantes. É uma questão, a diferenciação de meios das cidades de nível superior, para os centros urbanos complementares, é abissal e não protege nada a baixa densidade.”-----





MUNICÍPIO DE ARGANIL
CÂMARA MUNICIPAL

ORDEM DO DIA

-----O Senhor Presidente apresentou, de imediato, a seguinte Ordem de Trabalhos:--

-----**ORDEM DE TRABALHOS:**-----

-----**Capítulo Primeiro – Acta para Aprovação;**-----

-----**Capítulo Segundo – Expediente;**-----

-----**Capítulo Terceiro – Requerimentos Diversos;**-----

-----**Capítulo Quarto – Empreitadas.**-----

Capítulo Primeiro

Aprovação de Acta

-----**PRIMEIRO:** Discussão e aprovação da **Ata nº 11**, correspondente à reunião ordinária realizada no dia **17 de Maio de 2016.**-----

-----Lida que foi em voz alta, analisado o seu conteúdo e produzidos os esclarecimentos necessários, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, com a abstenção do Senhor Presidente e do Senhor Vereador João Pedro Pimentel, aprovar a **Acta nº 11**, correspondente à reunião ordinária realizada no dia **17 de Maio de 2016.**-----

Capítulo Segundo

Expediente

-----**PRIMEIRO:** Da **Comissão de Melhoramentos de Esculca**, com sede no lugar de Esculca, União das Freguesias de Côja e Barril de Alva, ofício a solicitar apoio em materiais, para as obras de restauração no edifício da Escola da Esculca. -----

-----Presente a informação INF/DAGF/151, datada de 31/05/2016 da Técnica Superior Ana Raquel Carvalho, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

-----Exmo. Senhor Presidente,-----

-----No que concerne ao assunto referido em epígrafe, informo o seguinte:-----

-----A Comissão de Melhoramentos de Esculca apresentou em E/2847/2016 (documento relacionado) um pedido de apoio em materiais (brita, areia, cimento, ferro, blocos e tinta plástica branca) necessários à realização obras de restauração a levar a cabo no edifício da Escola da Esculca.-----

-----Sendo a presente situação enquadrável no Regulamento para a Concessão de Benefícios Públicos do Município de Arganil (Regulamento n.º 549/2011, publicado no





MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

Diário da República, 2ª série, n.º 197, de 13/10/2011), informo V. Exa. que todos os artigos a seguir mencionados se consideram deste diploma municipal. -----

-----Salvo douto entendimento, está em causa uma candidatura que se insere no âmbito de apoio à manutenção/recuperação e construção de sedes e instalações, nos termos do qual a Câmara Municipal define o apoio para a manutenção e recuperação da instalação a restaurar, através da modalidade de oferta de materiais e/ou equipamentos, tal como prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 10.º.-----

-----Este tipo de apoio encontra-se, contudo, condicionado ao valor máximo aprovado anualmente pela Câmara afecto a este tipo de apoios, bem como às suas disponibilidades financeiras e humanas, nos termos do mencionado no artigo 11.º.-----

-----Esta candidatura é ainda passível de ser enquadrada, salvo douto entendimento, no âmbito de apoio em serviços, materiais e outros bens em espécie, previsto no artigo 15.º, o qual contempla várias vertentes, sendo uma delas a cedência de materiais (alínea a) do artigo 15.º).-----

-----O apoio sob a cedência de materiais consiste na disponibilização de materiais para a realização de iniciativas, condicionada à existência dos materiais em armazém e ao que consta da definição anual do valor máximo a disponibilizar, nos termos do artigo 16.º.-----

-----Atendendo a este enquadramento, e salvo melhor opinião, será possível ceder a esta Comissão os materiais solicitados dada a sua existência nos estaleiros do Município, com exceção do ferro, material inexistente em armazém, perfazendo um custo no total de cerca de 1.222,20€ (mais IVA), conforme o orçamento interno elaborado que consta em E/2847/2016.-----

-----Do exposto, propõe-se a V. Exa. a submissão da presente candidatura a aprovação pela Câmara Municipal, órgão competente para participar a realização da obra em causa, integrada no conceito de interesse coletivo, e para lhe atribuir a necessária eficácia, nos termos do artigo 42.º.-----

-----À Consideração Superior,-----

-----**Despacho do Senhor Presidente da Câmara, Eng.º Ricardo Pereira Alves, datado de 08.06.2016: "À Reunião de Câmara".**-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a atribuição de materiais de construção (brita, areia, cimento, blocos e tinta plástica), existentes em armazém, no valor total de cerca de 1.222,20€ (acrescidos de IVA), à Comissão de Melhoramentos de Esculca, de acordo com a informação supra e orçamento interno anexo.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, no final da reunião, nos termos do número três do quinquagésimo sétimo artigo da lei n.º setenta e cinco/ dois mil e treze de doze de Setembro.-----

-----**SEGUNDO:** Da **Comissão de Melhoramentos de Sobral Magro**, com sede no lugar de Sobral Magro, freguesia de Pomares, ofício a solicitar apoio em materiais, para as obras de reparação na represa fluvial do Sobral Magro.-----





MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

-----Presente a informação INF/DAGF/160, datada de 08/06/2016 da Técnica Superior Ana Raquel Carvalho, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

-----Exmo. Senhor Presidente,-----

-----Relativamente ao assunto mencionado, informa-se o seguinte:-----

-----A Comissão de Melhoramentos de Sobral Magro apresentou em E/5188/2016 (documento relacionado) um pedido de apoio em materiais (areia, brita, rachão, sacos de cimento, ferro e arame queimado) necessários para dar início à realização de obras de reparação na represa fluvial do Sobral Magro.-----

-----Sendo a presente situação enquadrável no Regulamento para a Concessão de Benefícios Públicos do Município de Arganil (Regulamento n.º 549/2011, publicado no Diário da República, 2ª série, n.º 197, de 13/10/2011), todos os artigos a seguir mencionados constam deste diploma municipal.-----

-----Salvo douto entendimento, está em causa uma candidatura que se insere no âmbito de apoio à manutenção/recuperação e construção de sedes e instalações, nos termos do qual a Câmara Municipal define o apoio para a manutenção e recuperação da instalação a reparar, através da modalidade de oferta de materiais e/ou equipamentos, tal como prevista na al. b) do n.º 2 do artigo 10.º.-----

-----Nos termos do referido no artigo 11.º, este tipo de apoio encontra-se, contudo, condicionado ao valor máximo aprovado anualmente pela Câmara afecto a este tipo de apoios, bem como às suas disponibilidades financeiras e humanas.-----

-----Esta candidatura é ainda passível de ser enquadrada no âmbito ao apoio em serviços, materiais e outros bens em espécie, previsto no artigo 15.º, o qual contempla várias vertentes, sendo uma delas a cedência de materiais (al. a) do artigo 15.º). O apoio sob a cedência de materiais consiste na disponibilização de materiais para a realização de iniciativas, condicionada à existência dos materiais em armazém e ao que consta da definição anual do valor máximo a disponibilizar, nos termos do artigo 16.º.-----

-----Atendendo a este enquadramento, e salvo melhor opinião, será possível ceder a esta Comissão os materiais solicitados, com exceção do ferro e do arame queimado, materiais inexistentes em armazém do Município. Os materiais a ceder (areia, brita, rachão e sacos de cimento) perfazem um custo no total de 1.697,65€ (já com IVA incluído).-----

-----Do exposto, propõe-se a V. Exa. a submissão da presente candidatura a aprovação em sede de reunião de Câmara Municipal, órgão competente para participar a realização da obra em causa e para atribuir a necessária eficácia ao apoio solicitado, nos termos do artigo 42.º.-----

-----À Consideração Superior,-----

-----**Despacho do Senhor Presidente da Câmara, Eng.º Ricardo Pereira Alves, datado de 09.06.2016: "À Reunião de Câmara".**-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a atribuição de materiais de construção (brita, areia, rachão e sacos de cimento), existentes em armazém, no valor total de cerca de 1.697,65€ (com IVA), à Comissão de Melhoramentos de Sobral Magro, de acordo com a informação supra e orçamento interno anexo.-----





MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, no final da reunião, nos termos do número três do quinquagésimo sétimo artigo da lei nº setenta e cinco/ dois mil e treze de doze de Setembro.-----

Capítulo Terceiro

Requerimentos Diversos

-----**PRIMEIRO: : Processo de Obras nº 99/2003, de Kurt Meyer Klaussen – Declaração de Caducidade.**-----

-----Presente o parecer datado de 16/05/2016, do Técnico Superior Pedro Simões, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

-----No seguimento da INF/DGU/ 106/2016, datada de 28/03/2016, a qual se transcreve:--

-----“O processo em causa iniciou-se com processo de licenciamento de alteração a moradia sob o nº99/2003, cujo deferimento foi exarado a 22 de Dezembro de 2003 e emitido alvará de obra com o nº70/2004, com termino a 6 de Julho de 2006.-----

-----Sobre o descrito processo não foi efetuado pedido de alvará de utilização, por parte do requerente, até à presente data.-----

-----Assim, (...) propõe-se a declaração de caducidade do mesmo conforme determinado pela alínea d) do nº3 do art.º71 do RJUE na sua atual redação, após audiência prévia do interessado.”-----

-----No decorrer do prazo de audiência prévia, o requerente não se pronunciou sobre o processo.-----

-----Assim, propõe-se a V.Exª., o encaminhamento do presente parecer à Reunião de Câmara, para se proceder de acordo com o nº5 do artº 71º do RJUE, caducidade do alvará de obras nº 70, com término a 6 de Julho de 2006, para alteração de uma moradia, localizada em Sarzedo, freguesia de Sarzedo.-----

-----À consideração superior.-----

-----**Despacho do Senhor Vice-Presidente da Câmara, Dr. Luis Paulo Costa, datado de 17.05.2016: "Aprovo o proposto".**-----

-----Analisada que foi a informação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, declarar a caducidade do alvará de obras nº 70/2004. Notifique-se.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, no final da reunião, nos termos do número três do quinquagésimo sétimo artigo da lei nº setenta e cinco/dois mil e treze de doze de Setembro.-----

Capítulo Quarto

Empreitadas





MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

-----**PRIMEIRO: "Reabilitação da Antiga Cerâmica Arganilense"**. Proposta para aprovação – vistoria realizada a 08/01/2016: 1. Auto de vistoria anomalias detetadas na receção provisória; 2. Auto de vistoria com registo de anomalias detetadas durante o período de garantia; 3. Ata nº 132 R02 de 29/01/2016; 4. Relatório das condensações; 5. Relatório da parede do supermercado. -----

-----Presente a informação INF/DGU/237, datada de 16/06/2016 da Técnica Superior Carla Neves, que se dá como reproduzida, para todos os efeitos legais, e da qual se anexa cópia à acta.-----

-----**Despacho do Senhor Presidente da Câmara, Eng.º Ricardo Pereira Alves, datado de 16.06.2016: "À Reunião de Câmara"**.-----

-----O Senhor **Presidente** esclareceu que "uma das patologias mais graves do edifício tem a ver com as condensações; o exercício que fizemos, em conjunto com a empresa que fiscalizou a obra, foi no sentido de verificar as intervenções que estavam previstas em projecto e que não foram executadas e contribuíram para a situação das condensações e também identificar, em conjunto com o projectista, aquilo que não estava em projecto e que deveria estar, para que essa situação não acontecesse. Ora, o primeiro conjunto de ações, aquelas que estavam em projecto e não foram executadas, são responsabilidade directa do empreiteiro; aquelas que não estavam previstas em projecto, e não foram executadas, são responsabilidade, em primeiro lugar, da Câmara e também do projectista. Nesse sentido, foi entendido que estas intervenções deveriam decorrer no período em que a Piscina estivesse encerrada, uma vez que implicam necessariamente o fecho da piscina; são intervenções que se prevê que possam demorar cerca de um mês, é preciso fazer uma série de intervenções por cima dos tectos que estão na situação que todos conhecemos; estas intervenções seriam realizadas no mês de Agosto; implicam uma empreitada que a Câmara lançará, da sua responsabilidade e do projectista. O empreiteiro terá até 31 de Agosto para executar estas intervenções, findo o qual, se não as executar, teremos que acionar as garantias e fazer as obras necessárias. Esta questão das condensações é a patologia mais grave, há outras que também serão resolvidas, nomeadamente a escadaria e das fissuras que existem no pavimento, sobretudo no hall de entrada."-----

-----O Senhor Vereador **Miguel Ventura** perguntou se "com esta intervenção que está prevista, com esta solução, o problema ficará resolvido? Segundo diz o Senhor Presidente há aqui uma responsabilidade da Câmara relativamente a algumas intervenções; a Câmara terá que assumir os custos com a intervenção nessa componente?"-----

-----O Senhor **Presidente** esclareceu que "daquilo que nos é transmitido, quer pelo projectista, quer pela empresa de fiscalização, quer pelo próprio empreiteiro, é que à partida com estas intervenções a questão ficará resolvida. Há uma componente do empreiteiro que ele assumirá directamente; há outra componente que é responsabilidade do projectista, que a Câmara assume numa primeira fase e depois fará repercutir junto do projectista, mas teremos que lançar uma empreitada para executar aquilo que não estava em projecto e que é necessário para que a solução





MUNICÍPIO DE ARGANIL
CÂMARA MUNICIPAL

funcione. Estamos a falar de um valor de 25.589,00€. Para além das intervenções há também a desmontagem dos tectos que depois têm que ser montados novamente e aí aplicou-se a percentagem de responsabilização que é mais ou menos 50%-50%.”-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com a abstenção dos Senhores Vereadores Miguel Ventura e João Pedro Pimentel, o seguinte:-----

-----1 – Aprovar o Auto de Vistoria de 08/01/2016, listagem de anomalias detectadas em recepção provisória; aprovar o relatório de condensações e metodologias para resolução, datado de 13/05/2016; notificar o empreiteiro nos termos propostos.-----

-----2 – Aprovar o Auto de Vistoria de 08/01/2016, referente às anomalias detectadas em fase de garantia da obra; aprovar o relatório referente à compressão e esmagamento de parede de alvenaria em tijolo; notificar o empreiteiro nos termos propostos.-----

-----3 – Aprovar um prazo de resolução de todas as anomalias até ao dia 31 de Agosto de 2016.-----

-----À DGU para operacionalização.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, no final da reunião, nos termos do número três do quinquagésimo sétimo artigo da lei nº setenta e cinco/dois mil e treze de doze de Setembro.-----

ENCERRAMENTO

-----E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião quando eram doze horas, para constar se lavrou a presente acta que eu, Odete Maria Paiva Fernandes, redigi e vou assinar, junto do Senhor Presidente.-----

